



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL/RO.

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2025

RECORRENTE: VERSÁTIL LTDA – CNPJ nº 13.855.875/0001-17

RECORRIDA: R8 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 24.900.336/0001-79

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, cumpre destacar que o presente recurso **foi interposto dentro do prazo legal estabelecido pelo edital e pela Lei nº 14.133/2021**, que dispõe, em seu art. 109, §1º, que “o prazo para interposição de recurso administrativo será contado a partir da ciência oficial do ato impugnado”.

No caso concreto, a Recorrente **foi formalmente comunicada da decisão de manutenção da habilitação da empresa R8 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, tendo protocolado o presente recurso VI SISTEMA, **respeitando integralmente o prazo estabelecido** no edital, bem como os princípios da ampla defesa e do contraditório, insculpidos nos arts. 5º, LV, da Constituição Federal, e art. 109, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, **fica demonstrada a tempestividade do recurso**, motivo pelo qual ele deve ser regularmente recebido e processado, sem qualquer óbice de admissibilidade.

I – DOS FATOS

A Recorrente participou do certame em epígrafe, contudo, ao ser mantida a habilitação da empresa R8 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, restou evidente que esta descumpriu requisitos essenciais previstos no edital, documento que tem força de lei entre as partes (art. 5º, caput, Lei nº 14.133/2021).

Não se trata de falha sanável, mas sim de inobservância a exigências que o próprio edital destacou como indispensáveis à habilitação e classificação, de modo a assegurar a isonomia e a escolha da proposta mais vantajosa. O Tribunal de Contas da União, em diversos julgados (a exemplo do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário), já consolidou o entendimento de que “a inabilitação é medida necessária sempre que a licitante não atender às exigências do instrumento convocatório que sejam essenciais à disputa”.

VERSÁTIL EIRELI

CNPJ: 13.855.875/0001-17 | Insc. Estadual: 03.043.440-8
Av. Pedro Américo, nº 921, Julião Ramos, CEP: 68.908-751, Macapá-AP
E-mail: versatil-empreendimentos@hotmail.com



Dessa forma, a manutenção da habilitação da Recorrida afronta o princípio da vinculação ao edital, além de comprometer a lisura do certame, razão pela qual a decisão combatida não encontra amparo jurídico e deve ser revista, conforme será demonstrado a seguir.

II – DO DIREITO

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração e os licitantes estão vinculados ao instrumento convocatório, não sendo lícito relevar o descumprimento de exigências editalícias essenciais, sob pena de violação aos princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo.

No presente caso, a Recorrida deixou de atender a requisitos fundamentais de qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e comprovação do Programa de Integridade, expressamente previstos no edital, como demonstrado a seguir:

a) Da Qualificação Econômico-Financeira

O edital, em seu **item 10.6.2**, exige que as licitantes apresentem balanço patrimonial, demonstrações contábeis ou balanço de abertura (para empresas com menos de um ano), devidamente autenticados, a fim de comprovar **patrimônio líquido ou capital social de, no mínimo, 5% do valor estimado do item/lote** em disputa.

A análise dos documentos apresentados pela Recorrida revela que **não foi alcançado o percentual mínimo de 5%**, descumprindo exigência expressa e objetiva do edital.

Tal exigência encontra justificativa no próprio edital, **item 10.7.2.10, alínea “b”**, que esclarece:

“Quanto à exigência relativa à qualificação econômico-financeira, recai sobre a possibilidade da Administração Pública poder aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato (...), prevenindo a participação de empresas aventureiras, que sem respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto.”

Portanto, a Recorrida enquadra-se exatamente na situação que o edital visou evitar, configurando-se risco evidente de **inexecução contratual**.

b) Da Qualificação Técnica

O edital, em seu **item 10.7.2.1**, estabelece a obrigatoriedade de comprovação da **capacidade operacional do fornecedor na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto da contratação**.

Entretanto, a Recorrida apresentou **atestados em quantidade inferior e sem a equivalência técnica exigida**, descumprindo requisito essencial à comprovação da experiência mínima necessária.

O próprio edital, ao justificar as exigências de qualificação técnica (**item 10.7.2, alínea “a”**), reforça que:

“As exigências visam principalmente à seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da Administração, sendo que a falta de expertise de determinada licitante que se sagre vencedora da licitação pode levar à inexecuibilidade da sua proposta.”

Ou seja, não se trata de mera formalidade, mas de requisito que assegura a **exequibilidade da proposta e a execução satisfatória do contrato**.

c) Fundamentos Legais e Jurisprudenciais

A inabilitação da Recorrida é medida que se impõe diante da violação a dispositivos da Lei nº 14.133/2021:

- **Art. 5º, I, II e IV** – princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório;
- **Art. 62, §1º** – necessidade de comprovação da qualificação econômico-financeira;
- **Art. 67** – comprovação da qualificação técnica como condição para habilitação.

O TCU, em diversos julgados, já consolidou entendimento de que o descumprimento de exigências de habilitação não pode ser relativizado:

- **Acórdão nº 2622/2013 – Plenário:** “A inabilitação é medida necessária sempre que a licitante não atender às exigências do instrumento convocatório que sejam essenciais à disputa.”
- **Acórdão nº 2144/2019 – Plenário:** “Exigências de qualificação técnica e econômico-financeira visam garantir a execução contratual e não podem ser afastadas sob pena de risco ao interesse público.”

Na doutrina, Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2022) reforça que: “A qualificação econômico-financeira e técnica é requisito inafastável para aferição da capacidade da licitante, constituindo filtro indispensável para assegurar a execução do contrato administrativo.”

c) Da ausência de comprovação do Programa de Integridade

O edital estabeleceu a exigência de comprovação do Programa de Integridade como requisito de habilitação, em consonância com o art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 4º, II, do Decreto Federal nº 12.304/2024. A Recorrida, no entanto, limitou-se a prestar declaração sem apresentar qualquer documentação comprobatória, incorrendo em afronta direta ao instrumento convocatório.

A ausência de comprovação configura falsa declaração, hipótese tipificada no art. 337-F do Código Penal, além de violar os itens 12.1.4 a 12.1.7 do edital, que preveem como conduta inabilitante a apresentação de declaração falsa, fraude à licitação ou comportamento inidôneo.



O TCU, no Acórdão nº 2088/2025 – Plenário, firmou entendimento de que “a mera ausência de comprovação de programa de integridade, quando declarado pelo licitante como existente, enseja a inabilitação imediata, por configurar contradição insanável e violação ao princípio da boa-fé objetiva no processo licitatório”.

Assim, resta incontroverso que a Recorrida incorreu em grave irregularidade, uma vez que não basta a mera declaração formal: é indispensável a comprovação documental mínima (código de ética, políticas internas, relatórios de auditoria ou de implementação, canais de denúncia, due diligence, entre outros).

Portanto, a não comprovação do Programa de Integridade pela Recorrida deve ser reconhecida como motivo autônomo e suficiente para sua inabilitação, tanto pela ilegalidade objetiva quanto pela falsa declaração prestada, conduta repudiada pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência consolidada do TCU.

d) Conclusão Parcial

Dessa forma, a Recorrida incorreu em três falhas graves e insanáveis:

1. **Não comprovação de patrimônio líquido/capital social mínimo (5%);**
2. **Apresentação insuficiente de atestados de capacidade técnica;**
3. **Ausência de comprovação do Programa de Integridade.**

Cada uma dessas falhas, isoladamente, já seria suficiente para ensejar a **inabilitação**. Em conjunto, tornam-se ainda mais graves, configurando risco manifesto à Administração e violação direta ao princípio da vinculação ao edital.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, resta **inequívoco** que a empresa **R8 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** descumpriu requisitos essenciais do edital, configurando **falhas graves e insanáveis** que tornam sua permanência no certame juridicamente insustentável.

1. Desclassificação da Recorrida

Requer-se a imediata **inabilitação da Recorrida**, em razão das seguintes irregularidades:

a) **Não comprovação do patrimônio líquido/capital social mínimo** exigido (5% do valor estimado do item/lote), contrariando o art. 62, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a comprovação da capacidade econômico-financeira como requisito de habilitação, visando prevenir a participação de empresas sem condições de execução contratual;

b) **Apresentação insuficiente de atestados de capacidade técnica**, em quantidade e equivalência inferiores às previstas no edital, violando o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e expondo a Administração a risco de inexecução do



contrato;

c) **Ausência de comprovação do Programa de Integridade**, limitando-se a declaração formal, configurando **possível falsa declaração** (art. 337-F, Código Penal) e afrontando diretamente os arts. 5º, 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021, os itens 12.1.4 a 12.1.7 do edital e a jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos nº 2088/2025, 2622/2013 e 2144/2019).

2. Irrenunciabilidade das exigências editalícias

O Tribunal de Contas da União é claro ao consolidar entendimento de que **a inabilitação é medida necessária sempre que a licitante não atender a requisitos essenciais**, sob pena de violação à legalidade, à isonomia e ao julgamento objetivo. A doutrina de Marçal Justen Filho reforça que a qualificação econômico-financeira e técnica constitui **filtro indispensável** para garantir a execução do contrato administrativo.

3. Medida necessária à preservação da legalidade e da competitividade

A manutenção da habilitação da Recorrida afronta o princípio da **vinculação ao edital** (art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e compromete a **lisura do certame**, podendo ensejar risco de inexecução contratual e prejuízo ao interesse público. Não há margem para relativização das falhas constatadas, especialmente diante da gravidade da ausência de comprovação do Programa de Integridade.

4. Requerimentos finais

Diante do exposto, a Recorrente requer:

- **A imediata desclassificação da empresa R8 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, assegurando que a licitação seja julgada em estrita observância às exigências editalícias e aos princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo;
- **O reconhecimento da insanabilidade das falhas verificadas**, particularmente a ausência de comprovação do Programa de Integridade, como motivo autônomo e suficiente para a inabilitação;
- **Caso não seja acatado o pedido acima**, que a matéria seja elevada à autoridade superior competente, garantindo o **duplo grau de jurisdição administrativa**, em conformidade com os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e da revisão administrativa.

termos esse em que
pede deferimento

Macapá, 15 de setembro de 2025.




Francisco G. Barriga Neto
CPF: 754.056.36215
Sócio-administrador

Francisco Gomes Barriga Neto

CPF 754.056.362-15

VERSÁTIL EIRELI

CNPJ: 13.855.875/0001-17 | Insc. Estadual: 03.043.440-8
Av. Pedro Américo, nº 921, Julião Ramos, CEP: 68.908-751, Macapá-AP
E-mail: versatil-empreendimentos@hotmail.com